



ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO

José Pedro Simões Neto¹
Luciana P. Zucco²

A presença dos homens no serviço social é historicamente muito pequena em termos quantitativos. Desta forma, a profissão está entre aquelas claramente identificadas como feminina³. A literatura que trata sobre esta temática centra-se mais no aspecto relativo à maioria feminina do que à minoria masculina (Duque-Arazola, 2009; Heckert, 1991; Legault, 1991; Santos, 2004; Silva, 1995, 1993; Simões, 2009; Torres, 2002; Veloso, 2001). A grande lacuna a ser estudada não se refere à explicação do porque a profissão é feminina. Afinal, como a discussão de gênero remete a uma dimensão relacional (Hita, 2002; Heilborn e Sorj, 1999; Heilborn, 1999, 1992; Louro, 1996), trata-se de abordar tanto o feminino quanto o masculino em suas interações e interdependências, inclusive no interior de uma mesma identidade de gênero. Como afirma Louro: “o conceito [de gênero] parece acenar também imediatamente para a idéia de relação, os sujeitos se produzem em relação e na relação” (1996; p. 9-10).

Logo, ao se estabelecer uma explicação para a presença das “mulheres” no serviço social, ao mesmo tempo se estabelece também uma explicação para os “homens”, ainda que subliminar ou pouco explorada na literatura. Contudo, a ênfase dos estudos privilegia a compreensão do feminino, buscando estabelecer os elementos que o justificam por ser majoritariamente uma profissão de mulheres. Diante dessa tendência explicativa, o fenômeno a ser analisado, entretanto, centra-se nas diferenças existentes entre as muitas mulheres e os poucos homens que compõe as profissões “femininas”.

As maneiras de investigar a desigualdade entre homens e mulheres no interior das profissões buscam identificar a procura diferenciada pelas carreiras (trabalhos femininos e masculinos), as diferenças entre salários, benefícios, etc. (DeGraff e Anker, 2004; Maruani e Hirata, 2005; Venturi, Recamán e Oliveira, 2004), a percepção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho (Oliveira, 2005; Sorj, 2005) e as relações de poder no interior das próprias profissões masculinas ou femininas.

¹ Assistente Social (UFRJ), Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Doutor em Sociologia (IUPERJ), Professor Adjunto da Escola de Serviço Social / UFRJ.

² Assistente Social (UFSC), Mestre em Serviço Social (PUC-Rio) e Doutora em Ciências da Saúde (FIOCRUZ), Professora Adjunta da Escola de Serviço Social / UFRJ.

³ Um histórico das profissões femininas pode ser encontrado em Gardey (2005).



Neste sentido, Williams (1995) desenvolve importante estudo realizado com quatro profissões femininas: enfermagem, biblioteconomia, serviço social e educadores primários, mostrando que os homens que estão nestas carreiras mantêm os seus valores masculinos. Por isso, eles são colocados nas posições administrativas e de poder. Desta forma, o que a autora mostra é que no interior das profissões femininas há uma complexa relação entre as expectativas de gênero das organizações e os interesses de gênero que os trabalhadores trazem para os seus empregos. Assim, afirma a autora, estas profissões permanecem sendo “*man’s world*” (mundo dos homens ou masculinos), mesmo sendo compostas por uma maioria feminina.

Se a proposta de investigação de Williams pressupõe uma pesquisa qualitativa entre os profissionais das carreiras femininas, é possível dimensionar as outras formas de desigualdade, como salários, horas de trabalho, etc. através dos dados das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios). Neste sentido, algumas questões podem ser realizadas, como por exemplo: os assistentes sociais homens ganham mais do que as mulheres? Trabalham mais ou menos horas? Estão mais no setor público ou privado do que as mulheres? Caso as respostas afirmem a total igualdade entre homens e mulheres assistentes sociais, então, o título de assistente social é um capital cultural institucionalizado (Bourdieu, 2004), que nivela os homens e mulheres, conferindo-lhes o mesmo valor social, independente do sexo do profissional, da sua identidade de gênero e da forma generificada como se estruturam as organizações onde os assistentes sociais se inserem (Williams, 1995). Assim, a unidade analítica “capital cultural” se sobreporia ao “gênero” na explicação da definição de um comportamento profissional socialmente valorizado.

A identificação de distinções, ao contrário, pode afirmar diferenças e, principalmente, desigualdades sociais de gênero no interior da prática profissional. As produções teóricas sobre o serviço social ainda não levaram em consideração esta existência como fator relevante para o entendimento da profissão⁴. A literatura internacional de serviço social, ao contrário, estruturou mais do que simplesmente uma explicação que levasse em consideração a distinção de gênero, mas estabeleceu parâmetros para um “serviço social feminista” (Brook e Davis, 1985 e Orne, 1998)⁵.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se às características identitárias de gênero partilhadas pelos homens assistentes sociais: eles comungam valores femininos que caracterizam a profissão ou

4 O texto de Legault (1991), embora trate da perspectiva de um “serviço social feminista”, é um artigo traduzido, sendo formulado originalmente no Canadá. Mesmo com esta contribuição de tradução de Eva Faleiros, trazendo uma visão nova para o serviço social brasileiro, não se encontra na literatura nacional nenhuma repercussão e desdobramento de pesquisa como resultado da publicação do artigo de Legault.

5 A editora americana Sage tem um periódico, “AFFILIA: Journal of Women and Social Work”, exclusivo para discussão dos assistentes sociais e seus clientes de um ponto de vista feminista.



os valores masculinos se sobressaem, mesmo no interior de uma profissão feminina? No primeiro caso, explica-se bem a presença deles no serviço social, visto que, mesmo sendo homens, eles guardam uma identidade de gênero com a profissão. No segundo caso, cria-se uma questão importante a ser pensada e discutida.

1. Metodologia

O artigo se baseia em uma pesquisa realizada a partir dos dados das PNADs de 2001 a 2007⁶, formando um único banco de dados, em que se buscou identificar quais as diferenças dos assistentes sociais homens e mulheres⁷ no mercado. Como os dados das PNADs são amostrais, o número de assistentes sociais em cada ano de pesquisa é baixo. Assim, a junção dos dados dos sete bancos propiciou um conjunto bastante amplo de informações, tanto de assistentes sociais homens (N=42, ou 5,1% do universo total) quanto de assistentes sociais mulheres (N=774, ou 94,9% do universo total), superando o número excessivamente pequeno de homens em cada uma das amostras e, simultaneamente, mantendo a proporcionalidade média encontrada, anualmente, entre assistentes sociais homens e mulheres.

Os dados das PNADs investigam tanto questões de caracterização demográfica da população, quanto questões familiares, educacionais e de trabalho. O foco principal da comparação organizada neste artigo, entretanto, são as questões relativas à inserção dos assistentes sociais homens e mulheres no mercado, como o número de horas trabalhadas, a posição na ocupação, entre outras informações. Para medir as diferenças foram aplicados testes estatísticos (Pearson Qui-Quadrado e ANova), buscando identificar se havia diferenças significativas entre os valores encontrados para homens e mulheres, sempre com 95% de confiança. Nos casos em que a variável dependente era intervalar, foram realizadas regressões lineares para que os resultados pudessem ser controlados pela variável “Ano”⁸.

Logo, para dar visibilidade ao objeto e às questões norteadoras do estudo, os dados foram trabalhados visando à apresentação das distinções e semelhanças entre assistentes sociais homens e mulheres e, por fim, das considerações finais.

⁶ Última PNAD disponível até o momento de redação do artigo.

⁷ É importante sinalizar que as PNDADs utilizam como descritores de identificação apenas o feminino e o masculino. Este dado circunscreve a análise às interações entre o feminino e masculino, sendo esta uma limitação imposta pelo banco de dados estatístico.

⁸ Com este procedimento há a garantia de que as diferenças observadas são exclusivamente derivadas da diferença entre os sexos, pois são isoladas as diferenças decorrentes das variações anuais.



2. Análise dos Dados

A análise dos dados se divide em duas partes: a primeira enfoca os dados comuns (igualdades) entre assistentes sociais homens e mulheres. A segunda discute as diferenças (desigualdades) identificadas.

3.1. Igualdades

Ao verificar o que há de comum na inserção de assistentes sociais homens e mulheres no mercado, observa-se os aspectos que não apresentam diferenças importantes quando se é assistente social homem ou mulher, isto é, neste caso os resultados *independentem* do sexo do assistente social. Em tais situações se encontram as seguintes variáveis:

1. **posição na ocupação:** 96,3% são empregados; 3,2% são trabalhadores não remunerados e 0,5% são trabalhadores por conta própria;

2. **tipo de vínculo profissional:** 34,1% são trabalhadores com carteira assinada, 46,4% são funcionários públicos e 19,5% são trabalhadores sem carteira assinada;

3. **âmbito de atuação:** 11,5% trabalham na área federal, 39,2% na estadual e 49,3% na municipal;

4. **grupo de atividade:** 45,6% trabalham na administração pública, 35,9% atuam na área de “educação, saúde e serviços sociais”, 6,1% trabalham em “outros serviços coletivos, sociais e pessoais” e 6,6% em “outras atividades”;

5. **anos no trabalho:** os profissionais homens e mulheres estão a 9 anos (em média) no mercado (IC(95%)⁹ = 8,67 anos – 9,92 anos);

6. **renda do trabalho principal** – o rendimento no mercado, entre 2001 e 2007 foi de R\$ 1.600,00 (em média) (IC(95%) = R\$ 1520,00 – R\$ 1.670,00);

7. **rendimento familiar** – o rendimento familiar dos assistentes sociais no interstício considerado foi de R\$ 4.050,00 (em média) (IC(95%) = R\$ 3.817,00 – R\$ 4.268,00).

Quando se observa as sete variáveis acima que apresentam igualdades entre assistentes sociais homens e mulheres, pode-se notar a importância da formação profissional e dos fatores de mercado para a criação de uma identidade profissional. Nota-se, inicialmente, que praticamente não há, no serviço social, iniciativas de trabalho “por conta própria”. Estas são, em alguns casos, criticadas teoricamente, como também são entendidas como resultado da “precarização” do trabalho

⁹ Intervalo com 95% de confiança.



profissional. Além disso, há uma grande formalização do trabalho profissional, seja através do vínculo direto com o Estado (em torno de 45%), seja através do trabalho “com carteira assinada” (34%). Desta forma, as políticas de governo e Estado definem, em grande medida, o campo de atuação profissional e, com isso, a igual remuneração entre profissionais homens e mulheres.

Vale observar, ainda, que os anos de trabalho dos assistentes sociais também não variam significativamente, evidenciando, mais uma vez, a determinação do mercado, ou seja, que a entrada e saída dos assistentes sociais dos postos de trabalho não apresentam desigualdades de gênero. Por último, assistentes sociais homens e mulheres tendem a casar com pessoas que vão garantir para ambos um mesmo patamar social, expresso na mesma renda familiar.

Para além destas igualdades, foram identificadas, porém, algumas desigualdades de gênero. Quais são elas?

3.2. *Desigualdades*

Ao se verificar as desigualdades na inserção de assistentes sociais homens e mulheres no mercado, observa-se os aspectos que apresentam diferenças importantes quando se é assistente social homem ou quando se é assistente social mulher, ou seja, quando os resultados *dependem* do sexo do profissional. Nestes casos, encontram-se as seguintes variáveis:

1. **idade de início da vida laboral:** os homens se inseriram no mercado antes das mulheres. A média de idade, no primeiro caso foi de 16 anos (IC(95%) = 15 anos – 17 anos), contra 18,6 anos das mulheres (IC(95%) = 18,3 anos – 18,9 anos).

2. **horas de trabalho:** os homens trabalham mais horas semanalmente do que as mulheres. No primeiro caso, a jornada é em média de 38,5 horas (IC(95%) = 35 horas – 42 horas), contra, no segundo, 35,3 horas em média (IC(95%) = 34,7 horas – 36,0 horas). Quando a análise foi controlada pelos anos, pode-se identificar que, independente da quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, os homens tem a tendência a trabalhar três horas a mais. Igualmente, é importante mencionar que o número de horas computado no âmbito privado¹⁰ não foi considerado, o que poderia trazer outro desenho para a explicação da carga horária dispensada com o trabalho pelo masculino e feminino.

3. **renda de todas as fontes:** o “rendimento de todas as fontes” incorpora a “renda do trabalho principal”, mas leva em consideração também outros trabalhos secundários e a fonte de

¹⁰ Uma análise teórica e empírica sobre as atividades de trabalho das mulheres no mercado e no lar, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos industrializados, é desenvolvida por Degraff e Anker (2004).



outros rendimentos, como outras rendas de mercado, aluguéis, pensões, juros de aplicações financeiras, etc. É neste quesito que a renda dos assistentes sociais homens se diferencia das mulheres. No primeiro caso, a renda é de R\$ 2.330,00 (IC(95%) = R\$ 1.790,00 – R\$ 2.870,00) e no segundo, R\$ 1.784,00 (IC(95%) = R\$ 1.700,00 – R\$ 1.870,00), sendo a média nacional de R\$ 1.810,00. Assim, os homens apresentam uma renda 30% superior a das mulheres, o que indica uma forma diferenciada daqueles se inserirem no mercado de trabalho, além de sugerir a manutenção de sua tradicional condição de provedor.

A diferença da renda de todas as fontes dos assistentes sociais homens é grande em relação à renda de todas as fontes das mulheres e independe do ano considerado. Ela demonstra uma busca dos homens em conseguirem um aumento de sua renda, através de outras fontes, para além do trabalho principal como assistente social. Ademais, eles iniciam na vida laboral mais cedo que as mulheres e trabalham por mais horas. Fica então a pergunta: esta postura masculina está de fato associada à imagem do homem como provedor? Vejamos, no próximo item, como os assistentes sociais homens e mulheres se inserem na vida familiar.

4. Condição na Família – enquanto 81% dos homens se dizem pessoas de referência de suas famílias, somente 33% das mulheres afirmam o mesmo. Isto significa que em 67% dos casos as mulheres ainda estão em uma posição de coadjuvantes na vida familiar, enquanto a grande maioria dos homens ocupa a posição de destaque. A condição de parceiras, compartilhando as atribuições e responsabilidades pela provisão da família, torna-se, portanto, uma interrogação a ser estudada no serviço social. Outro dado a ser problematizado refere-se ao sentido atribuído pelos assistentes sociais masculinos e femininos a sua condição de “pessoa de referência na família”. Em outras palavras, caberia uma investigação que qualificasse a associação realizada entre entendimento do termo “pessoa de referencia na família” e participação efetiva dos sujeitos na renda familiar.

Sobre as distinções identificadas nessa variável, vale considerar, ainda, que somente 5% dos homens se afirmam como “cônjuge” e os demais são “filhos” ou “outros parentes”. Portanto, quando os assistentes sociais homens constituem família, eles assumem também a posição de provedores ou são colocados enquanto tais nessa condição.

Ao considerar a inserção dos profissionais na vida familiar, esta variável pode explicar a maneira diferenciada que assistentes sociais homens e mulheres têm no mercado, sendo os primeiros mais agressivos na busca por maiores rendimentos. Novamente, os resultados apontam



para o fato de que os assistentes sociais homens preservam traços de identidade masculina no interior das suas famílias, mesmo tendo se inserido em uma profissão feminina.

Contudo, o que não pode ser observado neste estudo é se há uma diferenciação no interior das funções ocupacionais, entre os assistentes sociais homens e mulheres, sendo atribuídos aos homens as tarefas mais ligadas à administração e aos recursos tecnológicos (ou à política), e às mulheres o atendimento mais direto à população (cuidado), como apontou o trabalho de Williams (1995).

Vale observar que, segundo os dados da PNAD de 1976, somente 10% das assistentes sociais eram “chefes de família”¹¹ à época (Simões, 2008), chegando a 25% em 1996 (Simões, 2007) e atingindo o patamar de 33% nos anos 2000. Estes dados mostram que em 30 anos este percentual triplicou¹², evidenciando um crescimento do protagonismo feminino. Entretanto, ele parece estar associado a um outro fenômeno, como se observará abaixo.

5. Tipo de Família – 75% das assistentes sociais mulheres que são “pessoas de referência” de suas famílias são mães que cuidam sozinhas de seus filhos, o que não ocorre com os homens. Casadas, somente 8,8% das mulheres assistentes sociais são pessoas de referência em suas famílias. Mantém-se, portanto, o padrão patriarcal (Saffioti, 2004) em que as mulheres estão referenciadas pelos homens.

4. Considerações Finais

Quando as igualdades e desigualdades entre assistentes sociais homens e mulheres no mercado são observadas, pode-se perceber que, no primeiro caso, o resultado deve ser atribuído ao mercado de trabalho profissional. Os assistentes sociais são contratados pelo cargo, ou seja, pela função que desempenham, e não pelos qualificativos de gênero dos seus agentes. Além disso, como em 95% dos casos os profissionais são mulheres, a expectativa de se contratar um profissional homem é muito baixa. Assim, as características de salário, posição na ocupação, tipo de vínculo, por exemplo, estão referidas ao padrão feminino e às contingências da conjuntura de maior abertura ou fechamento do mercado para os assistentes sociais. Neste sentido, os homens estão a reboque daquilo que as mulheres assistentes sociais são capazes de conseguir no mercado.

¹¹ Nas pesquisas dos anos setenta, a categoria utilizada era “chefe de família”; com o Novo Código Civil (2003) a denominação passou a ser “pessoa de referência na família”.

¹² Dados do IPEA (2008) mostram que o percentual de famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres aumentou de 19,7% em 1993 para 28,8% em 2006. O percentual encontrado entre os assistentes sociais é, portanto, superior à média nacional e acompanha a tendência de crescimento deste fenômeno.



Outro ponto a considerar refere-se à renda familiar. A igualdade de renda sugere que os assistentes sociais homens (casados) se vincularam a mulheres com escolaridade ou inserção no mercado inferior a deles. Desta forma, justifica-se a mesma igualdade de renda familiar entre os assistentes sociais homens que têm uma renda total (renda de todas as fontes) maior do que as mulheres. Isto também ratifica a posição de “provedores” que os assistentes sociais assumem no interior das suas famílias. Como estão submetidos a um padrão de mercado feminino, em que as mulheres assistentes sociais são cônjuges em seus domicílios, os assistentes sociais homens mudam de carreira (tornam-se gestores, professores, etc.) ou mudam de função no interior de suas carreiras. Assumem, com isso, outras atribuições “não-femininas” ou aumentam suas jornadas, agregando outros postos de trabalho, para conseguirem manter a posição de provedores em seus domicílios.

Os assistentes sociais homens precisam, assim, identificar como ocupar uma posição masculina, em uma hierarquia de trabalho que o situa entre as posições de subalternidade feminina. Esta busca é a própria incorporação da masculinidade por parte dos assistentes sociais homens.

Tudo isso nos reporta para a necessidade de discussão da hierarquia de gênero como um fator estruturante das relações de trabalho dos assistentes sociais. Esta necessidade está relacionada ao padrão cultural generificado das instituições onde os profissionais se vinculam, reproduzindo a dominação masculina, mas, ao mesmo tempo, assegurando a base para uma autocrítica dos valores resignificados cotidianamente pelos assistentes sociais em suas vidas privada e pública.

Assim, o que está em questão são os valores incorporados através da socialização dos profissionais. Como a formação em serviço social não dá destaque aos aspectos subjetivos dos profissionais que estão presentes na prática dos assistentes sociais, o que se observa, então, é uma reprodução a-crítica de um padrão sexual em que se privilegia a posição do homem em detrimento da mulher.

Bibliografia

BOURDIEU, P. Os Três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs.), *Escritos de Educação*. 6ª. Edição, Petrópolis:Vozes, 2004.

BROOK, E. e DAVIS, A. *Women, the family and social work*. London: Tavistock Publications, 1985.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEGRAFF, D. e ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINELLI, A. (Org.), *Gênero nos estudos de população*. Campinas: ABEP, 2004, pp. 163-197.



- DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O Sujeito Feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org.), *O Mito da Assistência Social*. 3ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2009.
- GARDEY, D. Perspectivas Históricas. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.), *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- HECKERT, S. M. R. Identidade e Mulher no Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.36, p. 55-73, 1991.
- HEILBORN, M. L. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, A. O, e BRUSCHINI, C. (Orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 93-126.
- _____. (Org.). Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 40-58.
- _____. e SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.), *O Que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.
- HITA, M. G. Igualdade, Identidade e Diferença(s): Feminismo na Reinvenção de Sujeitos. In: ALMEIDA, H. B et. al. (Orgs.), *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002, pp. 319- 351.
- IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: análise preliminar dos dados*. 3ª. Edição, Brasília: IPEA, 2008.
- LEGAULT, G. Intervenção Feminista e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 37, pp. 107-128, 1991.
- LOURO, G. L. Educação e Relações de Gênero. *Em Pauta*, Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, junho de 1995.
- _____. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M. J., Meyer, D. E. e WALDOW, V. R. (Orgs.), *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. [Série Enfermagem].
- MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.), *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, C; SCALON, C. (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 123-147.
- ORNE, J. Feminist Social Work. In: ADAMS, R., DOMINELLI, Lena e PAYNE, Malcolm (Eds.), *Social Work: themes, issues and critical debates*. New York: Palgrave, 1998, pp. 218-226.
- PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: Aguiar, N. (Org.), *Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde as perspectivas das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 49-66.
- _____. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: Costa, C. de L, Schmidt, S. P. (Orgs), *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, pp. 43-66.



SAFFIOTI, H. Gênero e Patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, G., Recamán, M. e OLIVEIRA, S. *A Mulher Brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Y. M. F. Mulher e Assistência: afinidades eletivas. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 10, p. 150-173, primeiro semestre de 2004.

SILVA, D. P. M. Condição Feminina: uma face oculta da identidade profissional do assistente social. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 2, p. 21-28, novembro de 1993.

_____. A Formação Profissional e o gênero no serviço social. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, 1995.

SIMÕES, P. Assistentes Sociais na Virada do Milênio (1996-2006). *Debates Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, n. 67-68, p. 37-66, 2007.

_____. Assistentes Sociais e Mercado de Trabalho nos anos 1970. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 18, p. 178-197, primeiro semestre de 2008.

SORJ, B. Percepções sobre as esferas separadas de gênero. In: Araújo, C; Scalon, C. (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp.79-88.

STRATHERN, M. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

TORRES, I. C. *As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

VENTURI, G., RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VELOSO, R. No Caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 4, p. 70-93, 2001.

WILLIAMS, C. L. *Still a man's world: men who do 'women's work'*. London, University of California Press, 1995.